

# Educação popular como ferramenta de empoderamento dos sujeitos: produção do livro infantil “As aventuras de Luizinho” pelo CAJUP Luiz Gama

COELHO, Valéria Damasceno\*  
LIMA, Ana Vitória do Nascimento\*

*“[...] Muita gente lutou  
Para termos nossos direitos.  
Preservar essa memória  
É demonstrar nosso respeito*

*Porque tudo que temos hoje  
Foi construído bem antes  
Temos que aprender com o passado  
Para seguir adiante!”  
(As aventuras de Luizinho)*

A prática da assessoria jurídica popular contrapõe-se ao modelo tradicional e dogmático de ensino que se mantém distante das demandas sociais, visto que, ao se colocar ao lado dos sujeitos inseridos em um lugar social de invisibilidade com suas narrativas silenciadas (RIBEIRO, 2017), enfoca a prática de ações para e por esses sujeitos, de maneira contextualizada e concreta (ALMEIDA, 2016). Assim, as Assessorias Jurídicas Populares (AJUPs), ao desenvolverem a extensão universitária, trabalham a teoria atrelada à práxis, oportunizando a universidade realizar sua função social, que se dá através do tripé previsto no artigo 207 da Constituição Federal: ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 1988).

De acordo com Sá (2012), a função social da universidade se realiza a partir da produção de conhecimento em diálogo com a sociedade, envolvida com a concretização da cidadania e com a transformação social, compreendendo que o conhecimento é o primeiro passo para efetivação de direitos (BEZERRA; BICHARA, 2010).

Tal tarefa é tida como norte para as AJUPs, que possuem como um dos princípios a prática da educação popular em direitos humanos, ferramenta que é imprescindível ao processo de empoderamento dos sujeitos. Cumpre mencionar que, conforme apresenta Berth (2018), o processo de empoderamento consiste no estímulo da autoaceitação dos sujeitos, especificamente dos elementos advindos de sua ancestralidade. Para a autora, a partir desse autoconhecimento e do acesso às informações e à visão crítica de si mesmo e do mundo, torna-se possível que esses sujeitos atuem de forma a influenciar o meio que os cerca (BERTH, 2018).

Ademais, essa prática encontra suporte nas diretrizes previstas pelo Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos para a educação não-formal:

\* (Autora) Graduanda em Direito pela Universidade do Estado da Bahia; cursando 9º período; membro do Coletivo de Assessoria Jurídica Popular Luiz Gama; e-mail: valeriadamascenoc@gmail.com.

\*\* (Coautora) Graduanda em Direito pela Universidade do Estado da Bahia; cursando 9º período; membro do Coletivo de Assessoria Jurídica Popular Luiz Gama; e-mail: anavinl\_vitoria@hotmail.com.

A educação não-formal em direitos humanos orienta-se pelos princípios da emancipação e da autonomia. Sua implementação configura um permanente processo de sensibilização e formação de consciência crítica, direcionada para o encaminhamento de reivindicações e a formulação de propostas para as políticas públicas, podendo ser compreendida como: a) qualificação para o trabalho; b) adoção e exercício de práticas voltadas para a comunidade; c) aprendizagem política de direitos por meio da participação em grupos sociais; d) educação realizada nos meios de comunicação social; e) aprendizagem de conteúdos da escolarização formal em modalidades diversificadas; e f) educação para a vida no sentido de garantir o respeito à dignidade do ser humano. (BRASIL, 2008, p. 43)

Nesse sentido, deu-se a formação do Coletivo de Assessoria Jurídica Popular Luiz Gama (CAJUP Luiz Gama), na Universidade do Estado da Bahia, Juazeiro, submédio do São Francisco. O Coletivo é composto por, aproximadamente, quinze graduandos e graduandas em Direito, que se reúnem mensalmente com o intuito de desenvolver atividades voltadas à educação popular em direitos humanos.

Uma dessas ações consistiu na escrita e produção do livro infantil “As Aventuras de Luizinho”, no qual o protagonista foi inspirado em Luiz Gama, rábula abolicionista que libertou mais de quinhentas pessoas escravizadas ilegalmente, através da atuação nos tribunais na época do Brasil Imperial (AZEVEDO, 1999), e que foi recentemente reconhecido pela Ordem dos Advogados do Brasil como advogado (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, 2015).

Desse modo, o livro, composto de versos rimados, com ilustrações coloridas e vivas, e palavras de fácil entendimento, trabalha temas como direito à memória, ancestralidade e representatividade.

Tal atividade baseou-se, principalmente, na teoria da conscientização proposta por Paulo Freire, por meio da qual se concebe o processo de empoderamento dos grupos a partir da tomada de consciência crítica da realidade (FREIRE, 2005). Ela tem como objetivo, portanto, despertar o impulso inicial para esse processo, principalmente levando em consideração o público-alvo infantil, devido à importância de as crianças se enxergarem enquanto protagonistas da História.

Ademais, a elaboração do livro infantil representa a tomada de consciência inicial dos autores no sentido de questionar o modelo educacional formal que experimentam na universidade, e, a partir disso, pensar em outras formas de construção e valorização do saber.

<sup>3</sup> O livro foi escrito por Amanda Lins Galindo, Ana Vitória do Nascimento Lima, Beatriz Souza Martins, Catarina de Souza Costa, Gabriela Barretto de Sá, Maria Cláudia Fernandes Pedrosa, Neryvânia Felipe da Silva Souza, Simone Gomes Freire, Thaynara Amariz Gomes, Valeria Damasceno Coelho, Vitória Santos Souza e Yêgo Ravel Ribeiro de Araújo Brito. Foi revisado pela prof. Msc. Gabriela Barretto de Sá, ilustrado por Alice Arlego e diagramado por Jonathan Rocha.



Figura 1 Capa do livro infantil “As aventuras de Luizinho”

O resultado prático desta ação pode ser visto a partir das outras atividades realizadas pelo CAJUP Luiz Gama, em especial o desenvolvimento de oficinas de leitura com as crianças da Comunidade Quilombola do Alagadiço (Juazeiro/BA), primeira comunidade quilombola da cidade certificada pela Fundação Palmares (GUENA, 2016). Localizada às margens do Rio São Francisco, consiste em um território ocupado por famílias negras que resistiram ao sistema escravocrata e fazem um uso comum da terra há mais de 200 anos, mas que ainda enfrentam graves violações de direitos humanos.

Diante disso, a produção desse material assume grande importância histórica, posto que, atualmente, o cenário nacional está permeado de discussões acerca da inconstitucionalidade do marco temporal proposto pelo Supremo Tribunal Constitucional, que buscava limitar o reconhecimento da propriedade definitiva dos territórios quilombolas àqueles ocupados na data da promulgação da Constituição Federal (05 de outubro de 1988). Além disso, é contemporâneo ao processo interno enfrentado pela Comunidade Quilombola do Alagadiço em busca da titulação de suas terras.

Nesse contexto, o livro infantil, aliado à práxis extensionista, possibilita a efetivação da educação popular em direitos humanos, no sentido de concretizar a função social da universidade. Desse modo, a atuação do CAJUP Luiz Gama, ao trabalhar temas como representatividade negra, revisão de histórias de luta e resistência,

bem como direito à memória e à ancestralidade, consegue, assim, impulsionar o processo de empoderamento dos sujeitos, contribuindo para a transformação social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, Ana Lia Vanderlei de. Junto aos esfarrapados do mundo: a educação popular da Assessoria Jurídica Universitária Popular. In: *Insurgência: revista de direitos e movimentos sociais*. V. 2, n. 2, 2016, p. 159-192.

AZEVEDO, Elciene. Orfeu de carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo. Campinas: Editora UNICAMP, 1999.

BERTH, Joice. O que é empoderamento?. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos: 2008. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GALINDO, Amanda Lins Cavalvanti et al. Turma do Luizinho em: As aventuras de Luizinho. Juazeiro: Bandeirantes, 2018.

GUENA, Márcia. Alagadiço acaba de tornar-se a primeira comunidade quilombola certificada de Juazeiro (Ba). Quilombos e Sertões, Juazeiro, 21 maio 2016. Disponível em: <<http://quilombosesertoes.blogspot.com/2016/05/alagadico-acaba-de-tornar-se-primeira.html>>. Acesso em: 13 ago. 2018.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala?. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SÁ, Gabriela Barretto de. A extensão universitária em educação jurídica popular enquanto espaço de formação dialógica pra o estudante de direito. In: GERALDO, Pedro Heitor Barros; FONTAINHA, Fernando de Castro; MEZZARROBA, Orides. (Org.). Direito, educação, ensino e metodologia jurídicos. Florianópolis: FUNJAB, 2012. p. 51-65. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=73231e53eeef362c>>. Acesso em: 13 ago. 2018.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. OAB confere título de advogado a Luiz Gama. OAB São Paulo, 02 dez. 2015. Disponível em: <http://www.oabsp.org.br/noticias/2015/12/oab-confere-titulo-de-advogado-a-luiz-gama.10536> Acesso em: <07 set. 2018>